

ELEIÇÕES

No encerramento da visita de 3 dias a Minas Gerais, pré-candidato afirma que será com crescimento econômico que o país conseguirá o equilíbrio orçamentário

Lula promete acabar com o teto de gastos

» VICTOR CORREIA

O ex-presidente Lula (PT) disse, ontem, que, se for eleito presidente da República, revogará o teto de gastos. O dispositivo foi aprovado durante o governo do ex-presidente Michel Temer e limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Para o pré-candidato do PT, o crescimento econômico é que garantirá o equilíbrio orçamentário.

“Não é que eu vá ser irresponsável, gastar para endividar

o futuro da nação. Não. É porque vamos ter que gastar aquilo que é necessário para a produção de artigos produtivos. Quem vai derrubar o gasto em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) é o crescimento econômico, e não o corte orçamentário. Basta a economia crescer que você vai derrubar a diferença”, disse Lula, no encontro que teve 26 reitores de universidades federais, em Juiz de Fora (MG).

O município, aliás, foi última cidade mineira visitada pelo ex-presidente — antes esteve

em Belo Horizonte e Contagem. Após a reunião com reitores, o petista participou de ato popular e manifestou-se contra a privatização de estatais. “Parem de tentar privatizar as nossas empresas públicas. Quem se meter a comprar a Petrobras, vai ter que conversar conosco depois das eleições. Aprendam a trabalhar, aprendam a investir, aprendam a fazer política econômica, em vez de vender coisas que estão prontas”, disse.

A visita de Lula a Juiz de Fora foi marcada pela tensão.

Logo ao desembarcar, foi recebido tanto por apoiadores — incluindo militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) — quanto por opositores em frente ao Aeroporto da Serrinha. Para apartar os dois grupos, a Polícia Militar interveio, mas um dos soldados puxou a arma para o pessoal do MST. O vídeo circulou na rede social e mostra o PM ameaçando os apoiadores do ex-presidente. A corporação disse que a arma estava carregada com balas não letais.

Ricardo Stuckert



Lula recebe reivindicações de Marcus David, reitor da UFJF e presidente da Andifes, entidade que reúne os reitores de universidades federais

Bolsonaro, enfim, fala a ucranianos

» INGRID SOARES

Mais de dois meses depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pela primeira vez se dirigiu aos ucranianos. Durante discurso, ontem, na 48ª Edição da Expoingá, em Maringá (PR), disse à comunidade no estado que “mesmo em silêncio, tudo faz para que a paz seja restabelecida”.

“Sei que no Paraná tem uma grande comunidade de ucranianos, nossos irmãos que nós recebemos de braços abertos. Dizer a vocês que este governo, mesmo em silêncio ou em contatos variados, tudo faz para que a

paz seja restabelecida no país de origem de vocês. Não queremos mortes, queremos paz. E nós, cada vez mais, mais do que nos preocuparmos, nos preparamos para que dessa forma, a paz em nossa terra, em nosso Brasil, seja mantida”, salientou.

Também estiveram presentes ao evento o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e o provável vice de Bolsonaro na chapa às eleições de outubro, Walter Braga Netto. O presidente disse que “somente os ditadores temem o povo armado” e citou que os dois “bem sabem a importância que uma nação bem armada é uma forma de evitar qualquer

interesse externo sobre a pátria”.

O presidente mais uma vez atribuiu aos governadores as mazelas econômicas. Voltou a criticá-los pelas restrições adotadas durante a pandemia de covid-19 e disse que, apesar da alta da inflação no Brasil, “os efeitos são menores” no Brasil — culpa, neste caso, do conflito entre russo e ucranianos.

Mais cedo, em Brasília, em conversa com apoiadores, Bolsonaro chegou a dizer que o custo de vida no Brasil, apesar da alta da inflação, foi um dos que “menos subiu”. Para sustentar a argumentação, disse que a picanha, no Brasil, está a metade do preço do Canadá.



“Sei que no Paraná tem uma grande comunidade de ucranianos. Este governo tudo faz para que a paz seja restabelecida no país de origem de vocês”

Presidente Jair Bolsonaro

ORÇAMENTO SECRETO

PT também destinou recursos às bases

» TAÍSA MEDEIROS

Apesar das críticas frequentes às chamadas emendas de relator, o PT está entre as legendas de oposição que indicaram repasses para estados e municípios por meio do Orçamento secreto. Quatro parlamentares petistas, juntos, destinaram pelo menos R\$ 48,7 milhões por meio das RP9.

Os senadores Fabiano Contarato (ES), Humberto Costa (PE), Rogério Carvalho (SE) e o deputado federal Paulo Guedes (MG) figuram na lista remetida ao Supremo Tribunal Federal (STF), por determinação da ministra Rosa Weber. A diferença entre os quatro é que Carvalho somente discriminou os beneficiados pelos repasses, sem informar os valores exatos das emendas.

O campeão do recebimento de verbas para emendas foi Humberto Costa. O senador destinou, entre 2020 e 2021, cerca de R\$ 27 milhões — a maior parte para a área da saúde pública. No documento remetido à presidência do Senado, para posterior envio ao STF, ele explicou que as indicações foram feitas antes que viesse a público o episódio do Orçamento secreto controlado pelo Centrão, com “uma série de impropriedades e fatos nebulosos sobre tal classificação de orçamento”.

“Até aquela ocasião, não havia conhecimento da maior parte dos congressistas sobre essa inusitada característica. Digo mais: a oposição e quem não detinha cargos no atual governo, não

compunha a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização. Tampouco teria quaisquer possibilidade de ter ciência dessa inovação orçamentária, como é o caso deste parlamentar”, explicou Costa, no ofício ao comando da Casa. O senador salientou que quando soube das estranhezas envolvendo as RP9, não mais utilizou esta forma de repasse.

Desinformação

O segundo petista que mais destinou recursos pelo mesmo formato foi Contarato — R\$ 19 milhões para a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo e R\$ 1 milhão para o Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes, da Universidade

Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória.

Aproximadamente 30% dos congressistas não enviaram os ofícios pedidos por Pacheco. Nos dados analisados pelo **Correio**, além daqueles parlamentares que não atenderam a solicitação para que o material fosse remetido ao STF, foram encontrados dados ininteligíveis, incompletos e imprecisos. Apesar de 340 deputados e 64 senadores terem prestado contas das emendas de relator, não houve padronização das informações, o que dificulta o levantamento de dados. Isso representa que mesmo cumprindo a determinação da ministra Rosa Weber, tais omissões reforçam a falta de transparência dos repasses via emendas de relator — e deixa para a Corte a missão de decifrar toda a documentação.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Almirante Bento vira homem ao mar

O almirante de esquadra Bento Albuquerque foi demitido, ontem, do cargo de ministro de Minas e Energia, inesperadamente, pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a pretexto de que teria se omitido em relação aos aumentos dos combustíveis, sobre os quais não tem nenhuma responsabilidade direta, porque a decisão é da Petrobras. O real motivo da demissão, porém, foi sua discordância com o chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e os partidos do Centrão, quanto à aprovação de um projeto bilionário de construção de uma rede de gasodutos interligando oito estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, para o qual pretende se destinar cerca de R\$ 100 bilhões do lucro do pré-sal. O projeto beneficia diretamente o empresário Carlos Suarez, ex-sócio-fundador da empreiteira OAS, que tem o monopólio de distribuição de gás nos estados beneficiados.

Bento é mais um oficial-general de quatro estrelas de grande prestígio nas Forças Armadas defenestrado por Bolsonaro de forma humilhante, por discordância com o Centrão e o presidente da República. Soube da demissão pelo *Diário Oficial*. Fez uma carreira militar considerada exemplar: foi observador militar nas Forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) nos setores de Sarajevo, Bósnia e Herzegovina e Dubrovnik, na ex-Iugoslávia; comandante da Base de Submarinos Almirante Castro e Silva; comandante em chefe da Esquadra e secretário de Ciência Tecnologia e Inovação da Marinha.

É considerado um dos pais do submarino nuclear brasileiro, pois foi um dos negociadores dos acordos de parceria estratégica do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) entre a França e o Brasil. Posteriormente, foi comandante da Força de Submarinos e chefe do Gabinete do comandante da Marinha. Em 2016, assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação da Marinha e, posteriormente, a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM). Agora, é o 20º ministro demitido por Bolsonaro.

Sua oposição ao Brasoduto custou sua cabeça. O projeto é um velho conhecido do Congresso, que já rechaçou a proposta 10 vezes, pela maioria dos parlamentares e pelo próprio governo. Agora, com apoio do Centrão e do novo ministro, as possibilidades de aprovação são maiores e vão ao encontro dos interesses eleitorais de Bolsonaro e seus aliados.

Grande beneficiário do projeto, Carlos Suarez tem oito distribuidoras de gás no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e quatro autorizações para a construção desses gasodutos. Mas não tem recursos próprios para põ-los de pé. O projeto de financiamento com recursos do pré-sal, que seriam destinados ao reaparelhamento da Marinha, faz renascer das cinzas o velho lobby das empreiteiras no Congresso. Suarez é o S da construtora OAS, que fez acordo de delação premiada com a Operação Lava-Jato.

Resistência

A Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace) faz forte oposição ao projeto, que chama de “Centrão-duto”. Segundo a entidade, o Brasoduto cria privilégios e não respeita critérios de planejamento, de contratações baseadas em eficiência e de modernização do mercado. A Abrace reúne mais de 50 empresas, responsáveis por 40% do consumo industrial de energia elétrica e 42% do de gás natural, entre as quais os grupos Gerdau, Nestlé e Votorantim. O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), que abarca 27 associações do mercado, também se opõe ao projeto.

O deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), ex-ministro de Minas e Energia, é o relator do Projeto de Lei 414, que trata da modernização do setor elétrico, no qual o Centrão pretende embarcar o jabutí de R\$ 100 bilhões. Segundo revelou ao blog do jornalista Tales Faria (UOL), o parlamentar não pretende incluir a proposta no seu relatório. Porém, mesmo contra a vontade, o projeto pode ser aprovado por meio de uma emenda.

Com a demissão de Bento Albuquerque, Coelho tentou voltar ao cargo de ministro de Minas e Energia, mas foi preterido por se opor ao projeto. O cargo caiu no colo do ex-secretário de Política Econômica da Economia, Adolfo Sachsida, servidor concursado do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), que integra a equipe econômica desde o início. O novo ministro é mais ligado a Bolsonaro do que ao ministro da Economia, Paulo Guedes, antes mesmo de este se incorporar à campanha eleitoral de 2018.

Ao jogar ao mar o almirante, Bolsonaro fez do limão uma limonada, dois dias depois de a Petrobras anunciar reajuste de 8,87% no preço do diesel nas refinarias, que passou de R\$ 4,51 para R\$ 4,91 o litro. Na semana passada, a estatal anunciou lucro de R\$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre de 2022, o que o presidente classificou como um “estupro”. Em 2021, o lucro foi de R\$ 106 bilhões.

O almirante está sendo responsabilizado pelos políticos do Centrão pelos aumentos de combustíveis e da inflação, o que não passa de uma cortina de fumaça para o lobby bilionário dos gasodutos. Sachsida assume com a bandeira de privatizar a Petrobras e resolver o problema da alta dos combustíveis.

É MAIS UM OFICIAL-GENERAL DE QUATRO ESTRELAS DE GRANDE PRESTÍGIO NAS FORÇAS ARMADAS DEFENESTRADO POR BOLSONARO DE FORMA HUMILHANTE, POR DISCORDÂNCIAS COM O CENTRÃO